

A PAISAGEM URBANA BELENENSE E ARBORIZAÇÃO DURANTE A *BELLE ÉPOQUE* LEMISTA ATRAVÉS DE ROMANCES, RELATÓRIOS E FOTOGRAFIAS¹

Luis Otávio Viana Airoza*

Introdução

Belém, 23 de agosto de 2006. Um daqueles dias em que seus habitantes sentem-se mais belenenses. Quatro mangueiras plantadas na Avenida Braz de Aguiar foram cuidadosamente podadas pela Secretaria Municipal e Meio Ambiente. A poda foi motivada “pela queda de um galho de uma das árvores, que despencou no meio da avenida no dia anterior, causando prejuízos materiais aos moradores desta rua, que tiveram seus veículos parcialmente danificados”. Segundo o responsável pela operação, realizou-se “um serviço de emergência, para equilibrar o vegetal” danificado pela queda do galho “e evitar mais acidentes” com a redução do tamanho das copas e retirada de ervas de passarinho (PODAGEM para evitar acidentes, Jornal Amazônia, 2006).

No dia seguinte, a imprensa registrou a referida operação. Em artigo, tratando-se de árvores centenárias, especulou-se sobre a época em que estas mangueiras foram plantadas nos principais logradouros belenenses. Seus leitores, um pouco subtraídos em suas sombras urbanas, sentiam-se somados sobre a história de sua “cidade das mangueiras”. Informava-lhes o jornal que as referidas mangueiras teriam sido “plantadas entre 1897 e 1911”, na época da gestão de Antonio Lemos. (PODAGEM para evitar acidentes, Jornal Amazônia, 2006).

É comum a imprensa paraense atribuir à existência das mangueiras que arborizam a cidade, no caso àquelas ditas centenárias, ao período da gestão de Antonio Lemos. Em 25 de janeiro de 2005, outro artigo de jornal ao atribuir uma idade média de 110 anos as árvores que formam o túnel de mangueiras da Avenida Nazaré, sugere que também foram plantadas em sua administração. Levam-nos a crer num pioneirismo lemista de arborização da cidade por mangueiras. (UNIÃO de opostos em Nazaré, O Liberal, 2005)

Este artigo versa sobre uma questão histórica implícita nas informações fornecidas aos leitores dos jornais acima. Sobre a utilização de mangueiras na arborização das ruas, avenidas e praças belenenses. Para tanto, dialogamos com os romances “Hortência” de João Marques de Carvalho (1989) e “Belém do Grão-Pará” de Dalcídio Jurandir (2004), com

*Secretaria de Estado de Educação do Pará/ Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. E-mail: airozaviana@hotmail.com.

Relatórios da Intendência Municipal de Belém (MUNICÍPIO DE BELÉM-MB, 1902, 1904, 1905, 1906) e com fotografias.

Romances: sol, árvores e sombras

Belém, as vésperas da república brasileira, possuía uma paisagem urbana com arborização restrita a alguns logradouros da cidade. Destacavam-se as estradas de Nazaré, São Jerônimo e Mongubeiras, por já estarem plenamente arborizadas. Entre as árvores plantadas, destaca-se a mangueira. Na estrada das Mongubeiras, aquela planta continuava e continuaria ao lado das mongubeiras até a primeira década republicana. Na estrada de Nazaré e São Jerônimo encontravam-se mangueiras plantadas em ambos os lados. Suas copas, encontrando-se nas alturas, formavam belos túneis verdes. Inspirariam, durante as primeiras décadas republicanas, a arborização de outros logradouros da cidade. Esta paisagem parcialmente arborizada por mangueiras foi construída particularmente durante as décadas da segunda metade do século XIX.

Durante a última década do regime imperial, esta arborização é mais bem visualizada no romance “Hortênciã” de João Marques de Carvalho. Uma obra literária que, ambientada na área urbana da capital paraense, é considerada o “primeiro romance urbano belenense” (MOREIRA apud CARVALHO, 1989, p.10). Seu autor, através da movimentação das personagens, descreve aspectos da paisagem belenense durante a década de oitenta do século XIX.

Em “Hortênciã” é possível visualizar alguns aspectos da paisagem urbana belenense durante os últimos anos do regime imperial brasileiro. Um dos elementos que mais se destaca em sua narrativa são os raios solares e seus efeitos sobre a cidade e seus personagens. Revelam-nos um sol que atinge vários de seus espaços e habitantes.

Nas estradas, refere-se o autora seus efeitos como “um resplandecente sol jubiloso” que “atravessava ufano as vastidões do infinito, cobertas dum imaculado azul-claro, muito indefinido e vago, produtos de uma saudosa e doce tranquilidade de espírito”. Ou, ainda, que os “poucos prédios da estrada estavam todos banhados de sol, apresentavam festiva aparência alegre, davam conforto e animação aquele formoso firmamento de verão livre de nuvens, unicamente repleto em toda a sua ilimitada extensão dos interminavelmente longos raios do sol” (CARVALHO, 1989, p. 46).

Atinge também as praças, onde murcha os “capins raquíticos” e arranca “reflexos vibrantíssimos aos vidros dos lampiões enfileirados às margens das calçadas”. No largo do Palácio, os raios solares banham o “forte capinzal que crescia”. No cemitério da Soledade,

inundam de claridade os musgos que cobrem seus túmulos de mármore. Na Praça da Sé, “um grande sol vibrava” e “reproduzia no chão as movediças sombras rápidas de urubus atravessando-a pelo ar, em tranqüila inconsciência, sob o claro azul, muito lavado e sereno, do firmamento sem nuvens” (CARVALHO, 1989, p. 46, 51, 56, 187).

Além dos urubus, também incidiam sobre outros animais. É o caso de “um lagarto verde” que Lourenço mostrou à Hortência e que se refestelava ao sol. Descreve, também, as “borboletas doidas” que “vagueavam pelo ar, pairando sobre a cerca de acapu, onde grandes e redondas teias de aranhas cintilavam com várias cores fortes, ao transmitirem a luz do sol através dos seus tênues filamentos centrados” (CARVALHO, 1989, p. 59, 111).

Os personagens descritos no romance, “brancos ou mulatos”, também eram atingidos pelos raios solares em suas atividades profissionais. Era o caso de alguns trabalhadores. Em uma das andanças de Hortência, refere-se o autor a “uma enorme construção em andamento, onde trabalhavam centenas de operários nus da cintura para cima, expondo ao sol a lisa pele das costas”. As lavadeiras, a exemplo da velha Maria, transpiravam copiosamente em suas atividades e, neste caso, “expunha ao sol as costas abrasadas, com o corpo inclinado sobre a tina, a saia presa entre os joelhos, formando uma espécie de calção turco” (CARVALHO, 1989, p. 51, 58).

Alguns personagens, quando possível, protegiam-se dos raios solares. Evitavam as caminhadas pelos logradouros da cidade nas horas mais ardentes do dia. É o caso de Hortência e Lourenço que, aconselhados pela mãe, deveriam retornar de seu passeio domingueiro somente “pela tardinha para não virem pelo calor do meio-dia”. Outros, não podendo evitar tais horários, protegiam-se como podiam. Era o caso daqueles homens que caminhavam apressados e com o “guarda-sol aberto”, resguardavam-se das ardências solares. Ou como Hortência que, quando caminhando seguia rente aos prédios “pela sombra das paredes” que interceptavam “a luz vibrante do sol” (CARVALHO, 1989, p. 46, 50, 101).

A vegetação encontrada nos logradouros belenenses, nestes últimos anos imperiais, como o romance revela, não contribuía muito àqueles que buscavam proteção contra os efeitos do sol equatorial. Suas praças, largos e outros logradouros eram tomados por uma vegetação rasteira, principalmente constituída de capinzais e matagais. Ou, quando muito, encontravam-se a presença reduzida de algumas árvores. Era o caso do largo de Sant’Ana “em cuja pequena área rumorejavam as ramas de três árvores raquíticas, pouco altas” (CARVALHO, p. 51. Cf. fotografia 21, setas vermelhas). Era o caso, também, de algumas palmeiras na Praça da Trindade.²



As estradas eram exceções. Na estrada da Independência, atualmente denominada Cipriano Santos (MEIRA, 1975), além das rocinhas aí presentes, encontrava-se em suas margens “grandes trechos de terrenos desprovidos de construções, cobertos de baixos e úmidos matagais” e de “floresta virgem, compacta, elevava a sua movediça abóbada sombria de grandes galhos e ramarias opulentas” (CARVALHO, 1989, p. 46, 61).

Além destes vestígios de vegetação nativa, encontravam-se também áreas arborizadas pela ação humana. É o caso de outras estradas que “parecem alargarem-se mais na solidão umbrosa em que se acham, sob o dossel formado pelas copas entrelaçadas das árvores que as bordam” e daquelas “estradas sombreadas, onde o vento fazia misterioso rumor em mangueiras seculares”. Aqui, refere-se à estrada de Nazaré que, em meio às festividades do Círio de Nazaré, é descrita como possuidora de “mangueiras plantadas de espaço a espaço” com “farfalhantes copas” (CARVALHO, p. 93, 105, 120. Cf. fotografia 09 - setas amarelas e; fotografia 10 - setas vermelhas). A arborização da estrada de Nazaré, com suas “mangueiras seculares”, alerta-nos sobre a existência de logradouros arborizados com mangueiras resultantes de ações anteriores as realizadas por Antonio Lemos.

Esta paisagem, repleta de logradouros tomados por capinzais, matagais é pouco arborizada, onde as mangueiras concentram-se nas estradas de Nazaré e São Jerônimo³, era bastante diferente daquela outra paisagem encontrada na cidade palco da trama do romance “Santa Maria de Belém do Grão-Pará” de Dalcídio Jurandir (2004).

Em “Belém do Grão-Pará”, romance dalcidiano, narram-se diversas situações cotidianas vivenciadas por vários de seus personagens, durante os primeiros anos da década de 1920. A maioria ocorrida nos logradouros belenenses. Misturam-se personagens humanos e características da paisagem urbana da cidade. Algumas destas últimas destacam-se por sua presença constante na narrativa, hora pela fala ou imaginação dos personagens, hora pelo próprio narrador. É o caso das mangueiras, quase personagens. Vejamos algumas destas ocasiões.

Alfredo, personagem em torno do qual desliza a narrativa, depois de desembarcar em Belém e já estabelecido na residência dos Alcântaras, descreve em suas lembranças a despedida de sua mãe que retornara à Cachoeira do Ararí. Lembra que a viu “esperar o bonde”, que observou seu “vulto escuro” confundir-se com outras pessoas e ser tragada pelo bonde elétrico “que a levou por entre as mangueiras de uma vez”. Seu olhar atarantado com a paisagem urbana diante de si, mas sem expressar publicamente talvez por receio de ser taxado novamente de “tio bimba”, registram as mangueiras que arborizam os logradouros belenenses em várias de suas caminhadas pela cidade. No Largo do Palácio, onde as mangueiras dividem



com as torres e os mastros a atenção de seu olhar. No trajeto do Trem, que descreve como um bicho que “soprava as suas fumaças nas janelas, telhados, mangueiras, cachos de jasmims, bandeirinha de açaí, nas rodas das crianças” e uma vez até “em cima do jabuti”. Nos casarões de azulejos roxos que eram “ensombrados de mangueiras”. Na entrega de doces, quando entrava pela “sombra das mangueiras” e sentia descer “uma calma das folhagens”. Na transladação e procissão do Círio de Nazaré, quando as famílias espalhavam-se “debaixo das mangueiras” (JURANDIR, 2004, p. 106, 132, 133-4, 147, 356, 455). Eram tantas as mangueiras que Alfredo sentia-se protegido pela cidade que “tomava conta dele”, que “envolvia-o com as suas saias que eram aquelas mangueiras-mães” (JURANDIR, 2004, p. 152).

Emília, personagem filha do casal Alcântara, também divide passagens do romance com a presença de mangueiras ou seus pensamentos sobre seus frutos. A madrugada é o momento de encontro desta personagem com aquela espécie arbórea e suas mangas. Antes da chegada de Alfredo, em uma de suas noites de insônia, quis acordar a Libânia para juntas saírem e surpreenderem a Isaura em um de seus serões e “depois seguirem a pé apanhando mangas do chão pela Conselheiro Furtado até o Porto do Sal”. Em uma das madrugadas, quando saía do baile, mal viu “a primeira manga cair da mangueira na rua, perdeu toda a linha e foi correndo a apanhá-la, logo devorando a fruta”. Em sua visita a pretendida casa da Avenida Nazaré, descreve que enfrente de sua porta, “a mangueirona solapava, com suas raízes, a calçada de lajes largas, enquanto jogava as mangas no telhado” (JURANDIR, 2004, p. 71, 197, 246).

Libânia, uma espécie de faz tudo na casa dos Alcântara, também possui no romance seus momentos com as mangueiras. Em suas lembranças relativas ao que falava a madrinha-mãe sobre os fantasmas dos variolosos que, a altas horas, costumavam sair do Cemitério da Soledade e rondar o bairro espiando de trás das mangueiras. Na volta do Ver-o-Peso, quando ainda de madrugada trazia “às costas o saco de açaí comprado pelo Alcântara na beira da praia junto ao Mercado de Ferro”, “desviando-se dos homens que voltavam das festas a juntar mangas e mulheres nas esquinas”. E, por fim, quando indica o “pé da mangueira” como o lugar para os portugueses colocarem o piano, retirado às pressas da casa que ameaçava desabar (JURANDIR, 2004, p. 130-1, 138, 524).

Os romances “Hortênciã” e “Belém do Grão-Pará”, através das andanças e observações de seus personagens, descrevem diferentes paisagens urbanas da cidade. No primeiro, a arborização é restrita a poucos logradouros. Em sua maioria, encontram-se invadidos pelos raios solares. Seus transeuntes, a exemplo de Hortênciã, sofrem com a

ausência de sombras arbóreas que poderiam amenizar o calor. No segundo, os logradouros possuem ampla arborização. Encontram-se protegidos dos raios solares. Seus transeuntes, a exemplo de Alfredo, deleitam-se sob as sombras das mangueiras. Estas, onde não existiam no ambiente urbano descrito por João Marques de Carvalho, abundam na descrição de Dalcídio Jurandir.

Mas, como explicar a diferença entre essas paisagens?

Salubrisimo: sol, árvores e sombras

Ao longo do século XIX, houve preocupações governamentais com a arborização de alguns logradouros da cidade. Estes logradouros são o Passeio Público criado no governo de D. Marcos de Noronha e Brito (1803-1806), e as ruas e travessas abertas em 1849, durante o governo de Jerônimo Coelho, na região do Arraial de Nazaré. Em ambos os casos, preocuparam-se com suas arborizações. Além destes, outros que ocuparam o cargo de Presidente da Província do Grão-Pará como Rohan e Vasconcelos, também tiveram a mesma preocupação. Entre as espécies arbóreas utilizadas havia mangueiras, jambeiros, sumaumeiras, mongubeiras e outras⁴. Nas últimas décadas do século XIX, como Antonio de Carvalho descreve em seu romance, a mangueira era hegemônica na arborização da Estrada de Nazaré. Mas, as mudanças que alteraram profundamente a paisagem de Belém, permitindo que houvesse uma ampliação da área urbana arborizada predominantemente por mangueira, dando origem a uma paisagem como as descritas no romance de Dalcídio Jurandir, realizaram-se durante a gestão do intendente municipal Antonio Lemos, entre os anos de 1897 e 1911.

Inicialmente, para um melhor entendimento sobre as ações de ajardinamento e arborização deste último período, vejamos algo sobre a expansão da economia da borracha, a formação de uma nova elite local, ao crescimento demográfico da cidade e as concepções vigentes de modernidade. Durante o período de 1870 a 1910, a borracha foi o principal produto voltado para o comércio internacional, desta forma carreando recursos e, conseqüentemente, permitindo um crescimento econômico vigoroso na região. Neste quadro, a cidade de Belém se destacou como o principal porto de escoamento desse produto para o mercado externo, onde parte do excedente que se originou dessa economia foi canalizado para os cofres públicos da Intendência Municipal de Belém e usado na reurbanização da cidade. E, como decorrência desta nova ordem econômica, compôs-se uma nova elite – comerciantes, seringalistas, financistas e profissionais liberais – que vai direcionar a remodelação da cidade, imprimindo-lhe o brilho da *belle-époque*. Demograficamente, e como decorrência desta nova ordem econômica associada a questões ambientais no nordeste brasileiro, ocorreu um fluxo de

imigrantes nordestinos em direção ao Pará. O crescimento populacional da cidade gerou impactos sobre a mesma, na medida em que seu aparelho urbanístico, mostrando-se insuficiente para atender às demandas populacionais, necessitou de uma reordenação do espaço público. A reorganização do espaço urbano belenense que já se gestava há algum tempo, acelerou-se com a implantação do regime republicano brasileiro que, enfatizando a descentralização, deu maior autonomia à aplicação dos impostos, além de conceder ao Estado do Pará maior participação na renda concernente à exportação da borracha (SARGES, 2000).

Assim, a nova elite da borracha, querendo ser reconhecida como civilizada, desejou mudanças que conduzissem a cidade da condição de atrasada à de avançada. A riqueza obtida com a economia da borracha, aliada à influência dos contatos freqüentes com a sociedade urbano-industrial européia, estimularam essa elite local às mudanças da malha urbana belenense. Pretendeu-se a destruição da paisagem colonial e a construção de outra que deveria ser moderna.

Entre 1897 e 1910, o ‘carro-chefe’ destas mudanças foi a Intendência Municipal e seu ‘condutor’ Antonio Lemos. O discurso e as ações do poder executivo municipal, sobre a malha urbana belenense, expressavam sua associação aos ideais de ‘progresso’ que tremulavam na bandeira do recém-instalado regime republicano brasileiro (SARGES, 2002, pp. 113-4).

À época em questão, conhecida como *belle époque*, a idéia de “progresso” está vinculada a de “civilização” europeia, considerada “avançada”, pois, de modo geral a primeira dá-se em função da segunda (HOBSBAWM, 1988). Assim, para um melhor entendimento sobre o progresso que se pretendia no discurso e nas ações da Intendência Municipal, consideram-se duas questões: uma sobre os elementos que caracterizam a civilização europeia; outra sobre quais destes elementos o discurso se apropria e as ações pretenderam reproduzir, durante a gestão de Antonio Lemos.

À primeira, consideramos que os parâmetros da civilização europeia eram os de uma sociedade industrial, liberal e urbana. Que a economia industrializada era uma característica que diferenciava os países europeus de outros. E que, mesmo aqueles “essencialmente agrícolas” e ainda não “associados imediatamente a fábricas e forjas” no continente europeu, já “estavam em sintonia com a sociedade industrial”. Que os países europeus haviam construídos um “modelo geral referencial das instituições e estrutura adequadas a um país ‘avançado’”. Que “deveria dispor de um corpo único de instituições políticas e jurídicas de tipo amplamente liberal e representativo”. E, o que seria mais óbvio, poder-se-ia “descrever o

mundo ‘avançado’ como um mundo em rápido processo de urbanização” (HOBSBAWM, 1988, pp.40-41).

À segunda, consideramos que a ênfase do discurso e das ações da Intendência Municipal enfatizava a necessidade de urbanizar a sociedade belenense. Ou seja, enquanto o progresso nos países europeus significou a experiência industrial, liberal e urbana, na sociedade belenense, a pesar do regime republicano recentemente instalado e de algumas atividades industriais existentes (MOURÃO, 1989), pretendeu-se a urbanização da cidade.

Em Belém, durante a gestão municipal de Antonio Lemos, o progresso, traduziu-se por ações que objetivaram sua urbanização. Esta pretendia a salubridade e o embelezamento do espaço urbano. A higiene e a beleza da cidade tornaram-se as diretrizes do progresso aplicado pelo poder público municipal. O próprio Intendente Municipal nos revela suas intenções de imprimir melhorias tanto “ao seu subsolo”, quanto à “sua superfície”. No primeiro, “uma rede de esgôttos”. No segundo, “edifícios elegantes”, “praças umbrosas e ruas e avenidas largamente varridas de ar e luz, calçada com esmero, orladas de copadas arvores, d’onde o oxygenio se exhale em ondas reconfortantes para o interior dos prédios”. Desta maneira, atendia “a dupla exigência do embelezamento da capital e dos seus interesses de hygiene” (MB, 1905, p.167). Essas ações lemistas urbanizadoras se inspiraram no salubrismo europeu.

Na Europa, o salubrismo oitocentista, refere-se ao “estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível”. Ou seja, a “salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos”. E “é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio, que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrario, prejudicar a saúde”. Aqui, “salubridade e insalubridade” definem “o estado das coisas e do meio” que “afetam a saúde” e, por isso, “a higiene pública”. Esteve ligada a “medicina social francesa”. Significou o “controle político-científico” do meio (FOCAULT, 1986, p. 93).

No Brasil não seria diferente. Preocupados com “os surtos epidêmicos que dos bairros pobres se alastram pela cidade, ameaçando invadir as casas elegantes dos recentes bairros ricos”, os governos realizaram a “medicalização da cidade”. Combateram “a exalação de odores fétidos e miasmáticos gerados pela aglomeração perniciososa da população pobre em cubículos estreitos”. Promoveram “a desinfecção dos lugares públicos, com a limpeza de terrenos baldios, com a drenagem dos pântanos” (RAGO, 1985, p. 163). Acreditava-se que existia um “caminho da civilização”, isto é, um modelo de ‘aperfeiçoamento moral e

material' que teria validade para qualquer 'povo', sendo dever dos governantes zelar para que tal caminho fosse mais rapidamente percorrido pela sociedade sob seu domínio" e que um dos "requisitos para que uma nação atinja a "grandeza" e a "prosperidade" dos "países mais cultos" seria a solução dos problemas de higiene pública" (CHALOUB, 1996, p.35).

Uma das características do salubrismo, e de grande valor a este artigo, é a importância que atribui às áreas verdes na construção de um ambiente urbano salutar. Durante a segunda metade do século XIX, ocorreu uma "criação sistemática de espaços verdes públicos nas cidades europeias". Apesar de serem "também decorrentes de uma preocupação de 'moralização das classes laboriosas'", estes "espaços verdes públicos respondem então, em primeiro lugar, a uma exigência de higiene". Em Paris, por exemplo, Haussmann idealizou a criação de áreas verdes que consistiam "em uma hierarquia de diversos tipos de 'espaços verdejantes'" distribuídos "de maneira homogênea sobre toda a cidade", a exemplo das "árvores de alinhamento que margeiam todas as vias" (CHOAY apud REVISTA PROJETO HISTÓRIA, 1999, p. 104).

No Brasil, em 1858, Charles de Ribeyrolles, um francês exilado no Rio de Janeiro, escrevendo sobre a importância da vegetação em ambiente urbano, afirma que "plantar é sanear". Ressalta, também, que se lucraria "um pouco de sombra", importante diante da "grande consolação das cidades ardentes" como o Rio de Janeiro (SEGAWA, 1996, p. 68). Em 1901, o engenheiro Frederico Augusto Liberalli afirmou, em um debate sobre 'saneamento e embelezamento da capital federal', durante a realização do Congresso de Engenharia e Indústria no Rio de Janeiro, que "as praças públicas" eram "reservatório de ar, como pulmões da cidade". Propôs, ainda, que era "preciso pelo menos duplicá-las" Janeiro (SEGAWA, 1996, p. 70).

No Brasil de fins dos oitocentos, o juízo de ruas e parques "arborizados como pulmões urbanos estava amplamente assimilado". Acreditava-se que "as grandes superfícies plantadas de árvores e as extensas áreas gramadas" eram "necessárias à higiene pública com a mesma importância da água, do ar e da luz". No início do século XX ocorreram "grandes transformações nas fisionomias urbanas" das maiores cidades brasileiras (SEGAWA, 1996, p. 70-74).

Em Belém, Antonio Lemos manifestou opinião semelhante. Em 1902, por exemplo, considera que a "arborização systemática das praças e avenidas, para entreter a pureza da atmospheria" é fundamental para o saneamento da cidade. Que muito tinha "a lucrar a saúde publica, por meio do estabelecimento, em larga escala, de grandes nucleos de vegetação, no próprio coração da cidade". Por esta razão é que além dos "jardins e praças que se

transformam em parques”, também “as ruas de maior largura recebem o benefício da arborização” em sua gestão. Ainda neste ano, gaba-se das “longas avenidas, todas corretamente adornadas de árvores umbrosas” e proclama “que Belém é uma das cidades brasileiras melhor e mais fartamente arborizadas” (MB, 1902, p. 15, 179, 200). Todavia, além de embelezar e sanear, a arborização servia para amenizar os efeitos dos raios solares sobre os belenenses. Neste último caso, o poder público municipal rendeu-se as qualidades botânicas da mangueira.

A Intendência Municipal dedicou grande atenção às ações de ajardinamento e arborização dos logradouros belenenses. Para viabilização destas ações foram criados o “Horto Municipal” em 1898, cuja tarefa era desenvolver a cultura de vegetais a fim de serem utilizados na arborização, e o “Serviço de Bosques, Parques, Jardins e Horto Municipais”, responsável pela arborização e ajardinamento públicos. Ambos foram entregues aos cuidados de Eduardo Hass. Tudo definido pelo “Regulamento para o Serviço dos Bosques, Parques, Jardins e Hortos Municipais” de 1903 (MB, 1904, Anexo 6).

Em 15 de novembro de 1897, quando Antonio Lemos foi empossado na direção da Intendência Municipal de Belém, alguns poucos logradouros estavam parcialmente ajardinados ou arborizados. Além das estradas de Nazaré, São Jerônimo e do Arsenal, que eram amplamente arborizadas, o Intendente encontrou ajardinadas “apenas as praças da Republica, Sant’Anna e Visconde do Rio Branco e parcialmente as de Batista Campos e Independência”. E mesmo, estas, Antonio Lemos julgava que “necessitavam de grandes serviços de conservação e ampliação, no sentido do seu melhoramento estético”. Além destas, “outras praças e logradouros públicos”, encontravam-se “não ajardinados nem arborizados”, apresentando “aspectos que nada tinha de agradável” (MB, 1902, p. 178).

O Intendente mandou “proceder á limpeza, aterro e nivelamento d’estes últimos sítios”. E, “de acordo com os direitos da população flagellada pela agrura do clima”, acreditava que estes jardins seriam em poucos anos “magníficos parques, prestando aos habitantes da cidade um grato refrigério, mesmo nas horas mais duras do dia”. Em 1902, já afirmava ter a cidade “praças que prometem ser em breve magestosos parques centraes, cheios de encantadora sombra, mesmo às horas de maior calma”, o que é, a seu ver, “um benefício de relevância” (MB, 1902, p. 178-179).

Relatórios e Fotografias: sol, árvores e sombras

Entre estes logradouros que receberam a atenção da Intendência Municipal na gestão de Antonio Lemos, listam-se a Praça da Independência, Praça da Republica, Praça Batista

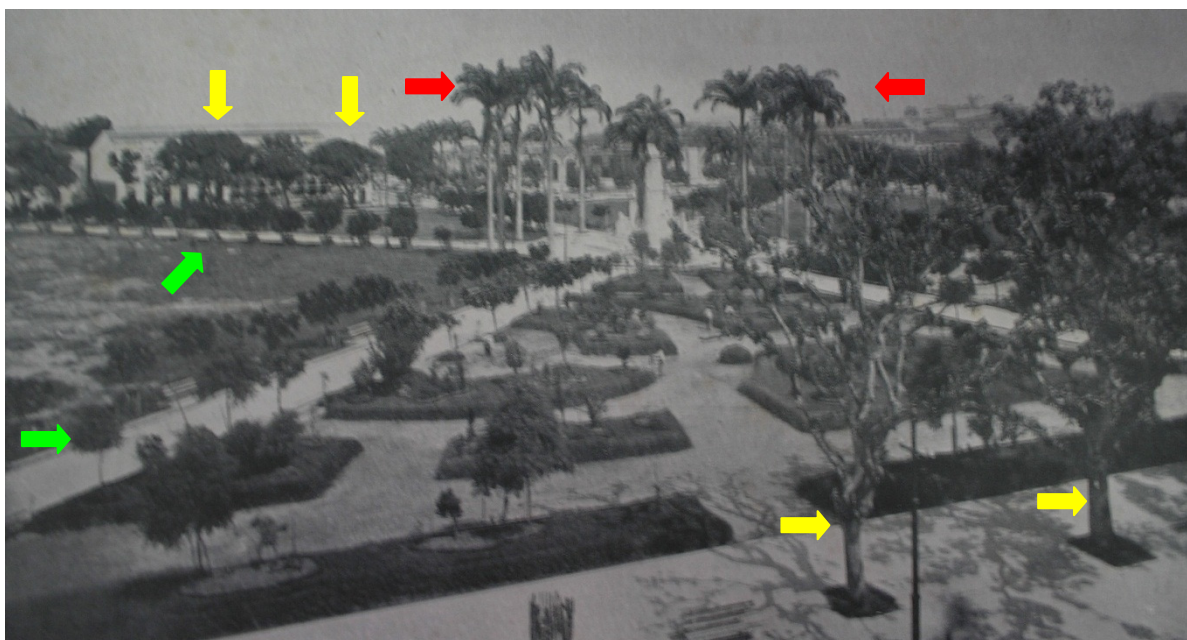
Campos, Praça Frei Caetano Brandão, Praça Visconde do Rio Branco, Praça da Trindade, Praça do Carmo, Praça Sant'Ana, Praça São José, Praça de Nazareth, Praça Santo Antonio, Praça do Rosário, Praça de São João, Praça de Santa Luzia, Praça Saldanha Marinho e Praça Floriano Peixoto. Vejamos alguns destes casos.

A Praça da Independência, atualmente Dom Pedro II, foi uma das que Antonio Lemos encontrou parcialmente ajardinada e arborizada. Em 1899, a arborização deste logradouro, anterior às benfeitorias lemistas, era constituída por palmeiras plantadas em seu centro (Fotografia 01, seta vermelha) e por mangueiras em suas laterais (Fotografia 01, seta amarela). Neste ano, encontravam-se, também, outras árvores. Estas, recentemente plantadas, eram menores. Suas dimensões confirmam as benfeitorias durante a gestão lemista. Nesta gestão, sem abandonar as benfeitorias já existentes, “fez-se alli vasta plantação de mangueiras, eucalyptus e outras árvores, as quaes em pouco tempo maior sombra produzirão” (MB, 1902, p. 181). Estas últimas estavam plantadas em ambos os lados dos caminhos internos deste logradouro e em seus pequenos canteiros (Fotografia 01, seta verde). Em 1902, já haviam crescido e suas copas estavam um pouco maiores (Fotografia02, seta amarela). Pareciam confirmar a validade das previsões do gestor municipal sobre suas futuras maiores sombras. Mas, já em 1899, quem por esta praça caminhasse, querendo-se proteger dos raios solares, não precisaria esperar a confirmação das previsões anunciadas pelo Intendente Municipal, dois anos depois, sobre suas futuras sombras. Bastaria que o transeunte se acolhesse nas sombras das espécies arbóreas que já se encontravam aí plantadas desde tempos anteriores a sua gestão. Referímo-nos, particularmente, àquelas mangueiras de maiores dimensões e cujas copas produziam sombras mais amplas e, por isso, também mais acolhedoras que as das outras espécies aí encontradas (Fotografia 01, seta amarela).

A Praça da República, atualmente com o mesmo nome, mas que já se chamou Largo da Pólvora e Praça D. Pedro II, também foi uma das que Antonio Lemos encontrou ajardinada e arborizada. Estas benfeitorias verdejantes, segundo o velho Lemos, começaram antes de sua gestão, com os intendentes Índio do Brasil, Barão de Marajó e Sila Rosado (MB, 1902). A paisagem deste logradouro, registrada em imagens da época, indicam uma herança arbórea onde predominam as mangueiras. Esta espécie, ao que tudo indica, já era a preferida tanto por Antonio Lemos quanto por seus antecessores. Vejamos esta preferência. Em 1899, encontramos pequenas mangueiras plantadas neste logradouro próximo ao prédio do Teatro da Paz (Fotografia 03, seta vermelha). Em 1902, estavam plantadas provavelmente por toda sua extensão lateral. Paralela a atual Avenida Presidente Vargas, já estavam enfileiradas em ambos os lados, anunciando o ‘túnel de mangueiras’ com o qual o leitor belenense está

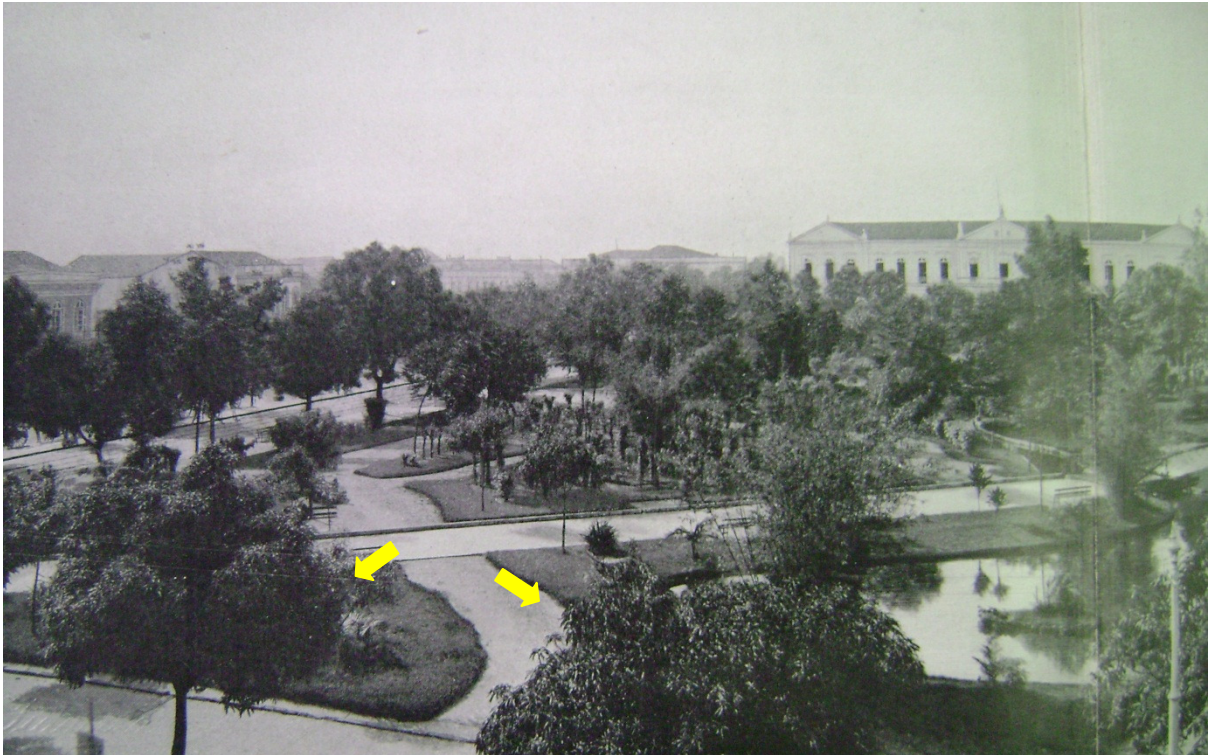
habituação (Fotografia 04, setas vermelhas). Ofereciam sombras com as quais, como diria Lemos, “deleitam-se” os transeuntes ou aqueles que se confortam sentados em bancos sob as mesmas (Fotografia 04, seta amarela). Confortam-se, também, aqueles que, mesmo munidos de guarda-sol, preferiam suas sombras mais refrescantes (Fotografia 04, seta azul). Em 1908, mangueiras em diferentes estágios de crescimento confirmam sua utilização por diversas gestões municipais. Umas maiores (Fotografia 05, setas vermelhas). Outras menores (Fotografia 05, setas amarelas). Algumas medianas (Fotografia 05, setas azuis). As menores plantadas durante a gestão de Antonio Lemos, como as 19 mangueiras aí plantadas em 1904 (MB, 1904, p. 197-8).

Fotografia 01: Praça da Independência em 1899



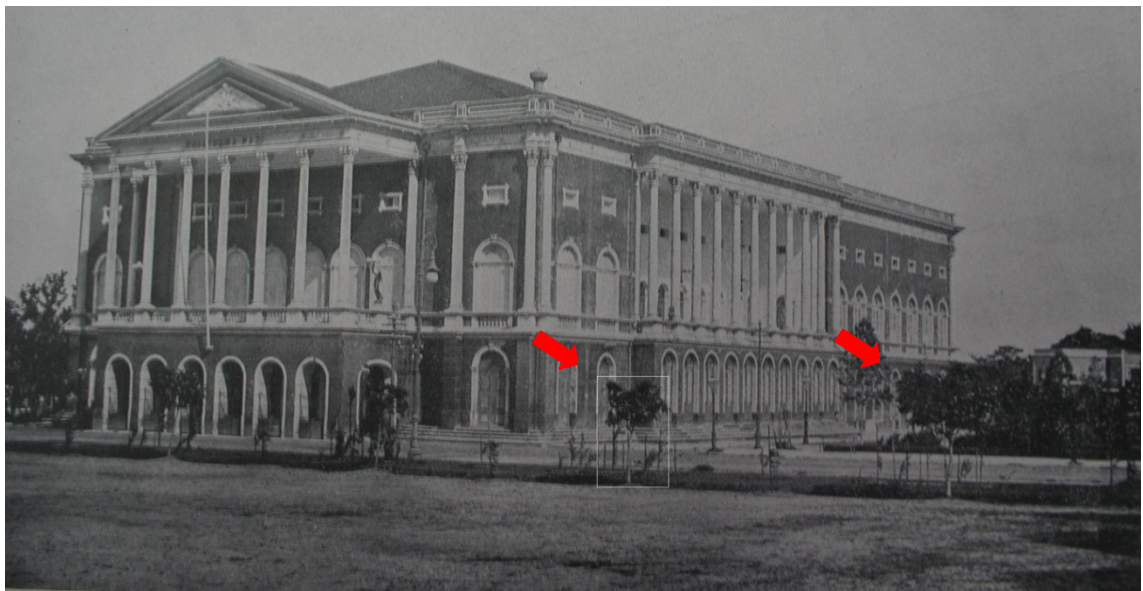
PARÁ. Governador (1897-1901: J. P. de Carvalho). *Álbum do Pará em 1899*. [S.L.: s.n.] [1899]. 159p.i. p.111

Fotografia 02: Praça da Independência em 1902



BELÉM. Intendente Municipal (1898-1911; A. J. de Lemos). *Álbum de Belém*: 15 de novembro de 1902. Paris: P. Renouard, 1902. 104 p.

Fotografia 03: Teatro da Paz em 1899



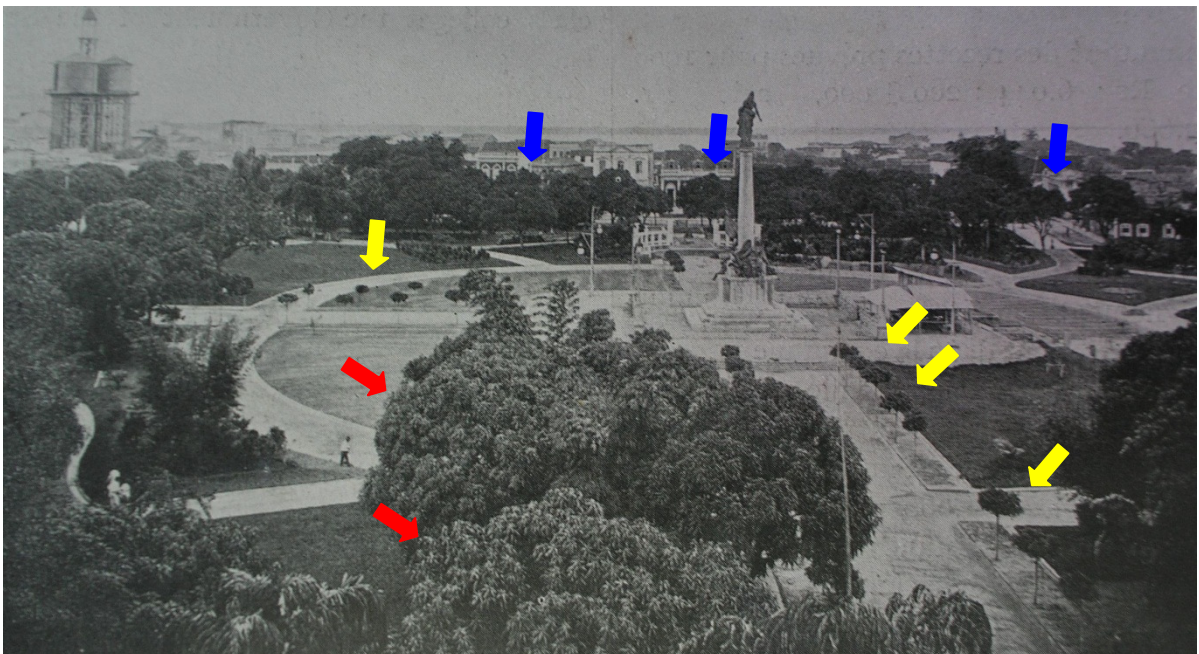
PARÁ. Governador (1897-1901; J. P. de Carvalho). *Álbum do Pará em 1899*. [S.L.: s.n.] [1899]. 159p.i. p.113

Fotografia 04: Praça da República em 1902.



BELÉM. Intendente Municipal (1898-1911; A. J. de Lemos). *Álbum de Belém*: 15 de novembro de 1902. Paris: P. Renouard, 1902. 104 p. il.

Fotografia05: Praça da República em 1908



Fonte: PARÁ. (Governador 1901-1909: A. Montenegro). *Álbum do Estado do Pará*. Paris:Chaponet, 1908. 350 p. il.

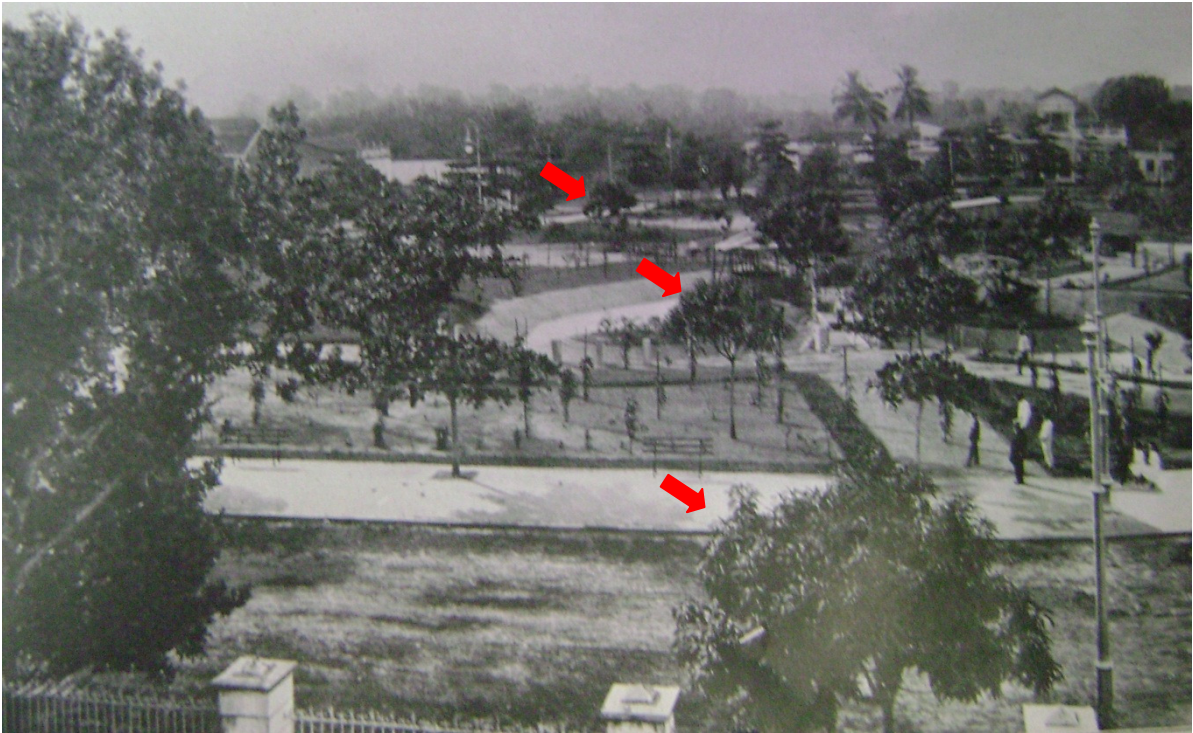
A Praça Batista Campos, atualmente com o mesmo nome, mas que já se chamou Praça Sergipe (MEIRA, 1975), foi outra que o Intendente declarou encontrar parcialmente ajardinada e arborizada. Aqui, a quantidade de árvores com dimensões que indicam terem sido plantadas antes da gestão lealista é menor que as encontradas na Praça da Independência. Em 1894, este logradouro “não passava de inexpressivo quincôncio de mangueiras” (SEGAWA, 1996, p. 205). Ou seja, possuía uma plantação de árvores desta espécie formando um quadrado, com uma plantada em cada canto e outra ao centro. Ao que parece, entre aquelas que o Intendente encontrou ajardinada e arborizada ou apenas parcialmente, esta praça era a que menos estava arborizada. Mas, receberia grande atenção da Intendência Municipal. Em 1899, este logradouro se assemelha mais a um grande espaço vazio que a uma praça (Fotografia 06). Aproxima-se mais da descrição memorial do militar acima. Em 1902, apesar de incompleta a benfeitoria do poder público municipal, sua aparência já anunciava a praça que Antonio Lemos pretendia “converter em parque”, repleto de mangueiras (Fotografia 07, setas vermelhas). Em 14 de fevereiro de 1904, depois de completados os trabalhos de melhoria, a praça foi “reaberta e reentregue ao transito”(MB, 1905, p. 217).

Fotografia06: Praça Batista Campos em 1899.



PARÁ. Governador (1897-1901: J. P. de Carvalho). *Álbum do Pará em 1899*. [S.L.: s.n.] [1899]. 159p.il. P. 94

Fotografia07: Praça Batista Campos em 1902.



BELÉM. Intendente Municipal (1898-1911; A. J. de Lemos). Álbum de Belém: 15 de novembro de 1902. Paris: P. Renouard, 1902. 104 p. il. P.16

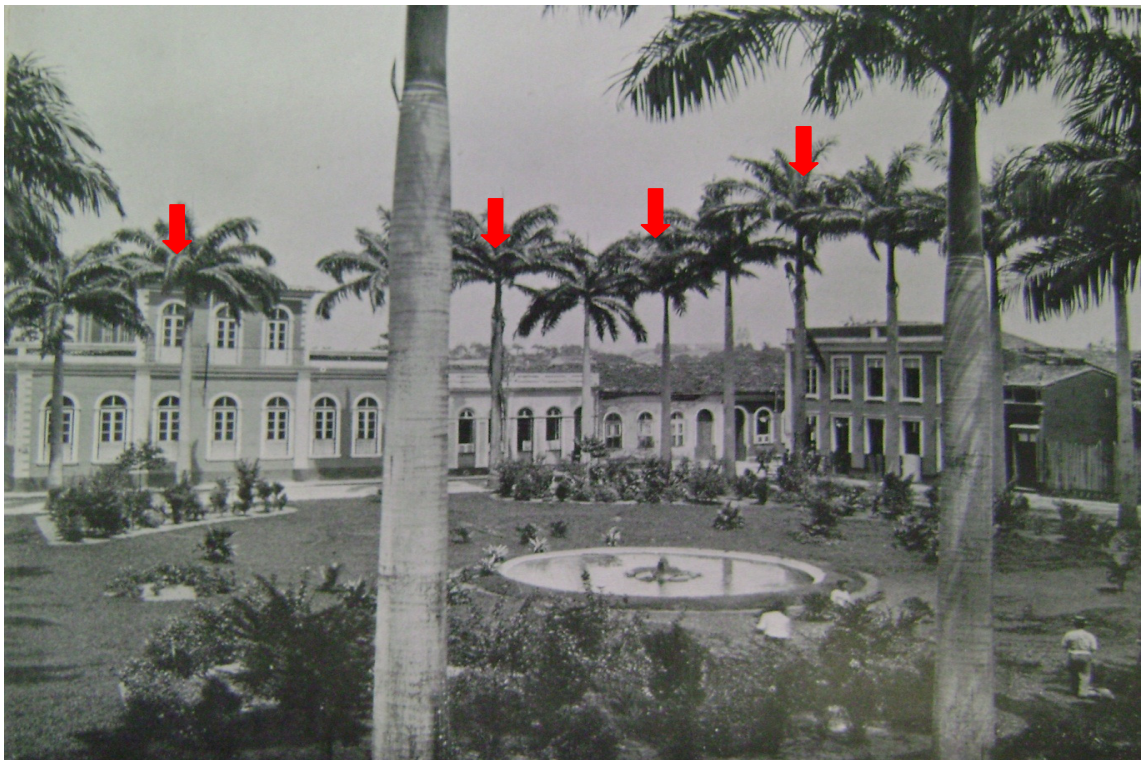
Outras Praças também receberam serviços de arborização. Nessas também já se observa uma preferência pela utilização de mangueiras por proporcionarem mais sombra que outras espécies já existentes. É o caso das praças do Carmo e da Trindade. Em 1904, a primeira teve sua antiga arborização, cujas copas não proporcionavam boas sombras (Fotografia 08, setas vermelhas), “substituída por mangueiras” (MB, 1902, pp. 187-8), a exemplo das 23 mangueiras aí plantadas no mesmo ano (MB, 1904, pp. 197-8). Em 1902, a segunda foi “fartamente plantada de mangueiras” o que, segundo o Intendente, “dentro de poucos annosofferecerá abundante sombra, visto que as palmeiras aí já existentes não ofereciam (Fotografia 09, setas vermelhas). Neste mesmo ano, “as demais praças da capital”, segundo Antonio Lemos, “receberam também melhoramentos consentâneos com a sua disposição particular” (MB, 1905, p.169).

Fotografia 08: Praça do Carmo, com a vegetação substituída por mangueiras.



PARÁ. Governador (1897-1901: J. P. de Carvalho). *Álbum do Pará em 1899*. [S.L.: s.n.] [1899]. 159p.il. p. 94.

Fotografia 09: Praça da Trindade em 1902



BELÉM. Intendente Municipal (1898-1911; A. J. de Lemos). *Álbum de Belém: 15 de novembro de 1902*. Paris: P. Renouard, 1902. 104 p. il. P. 57

A Intendência Municipal de Belém, ao arborizar estas praças, planejava as “transformar em umbrosos parques a maioria” destes jardins. Assim, procedia substituindo “os arbustos floridos por vicejantes e copadas arvores, cuja sombra acolha, n’um refrigério, o transeunte, às horas mais cálidas do dia”. Conservava como jardins “apenas certos pontos das principaes praças, ou os logradouros cujas estreitas dimensões os tornem incompatíveis com o plantio de grandes arvoredos” (MB, 1904, p. 216).

Antonio Lemos tinha em conta os ardores do clima. Com as praças arborizadas, seus planejados futuros parques, tinha “a esperança de que as famílias paraenses” viriam a estas, “não só por hábito, mas também por prazer”. Que procurariam a “cada dia, durante horas, á sombra florida” destes parques, e o “oxygenio que banha e avigora os pulmões de creanças e adultos”. Acreditava que, “n’uma cidade cálida, onde infelizmente a edificação geral está longe de offerecer as sufficientes condições de bem-estar e salubridade”, nada melhor do que, protegidos do sol, permanecerem as famílias “ao ar livre” (MB, 1904, p. 236) Por essa razão, é “que todos os parques e jardins” da cidade “são inteiramente abertos, sem o menor obstáculo ao livre acesso dos transeuntes”, durante o dia e a noite (MB, 1906, p. 258-9).

Além das praças, as mangueiras arborizaram outros logradouros como avenidas, ruas e travessas. Em 1904, Antonio Lemos informou aos legisladores que, durante o ano anterior, realizou um grande esforço para trocar as espécies arbóreas já existentes em vários logradouros por mangueiras. Desta maneira, as “magnólias do Japão” plantadas na avenida Generalíssimo Deodoro foram substituídas por 95 mangueiras e que ainda seriam substituídas as “velhas mongubeiras” da Almirante Tamandaré por mangueiras. Além de ter arborizado logradouros que antes não eram. Neste caso, a “Avenida São João” recebeu 141 mudas de mangueiras, a “travessa do Curro” 57 mudas, as “travessas do Prado e Coronel Luis Bentes” 68 mudas, a “Rua dos Tamoios” 56 mudas e a “Avenida Liberdade” 19 mudas. Sem contar as inúmeras substituições parciais em toda a cidade, de árvores raquíticas, estragadas ou mortas (MB, 1904, 197-8).

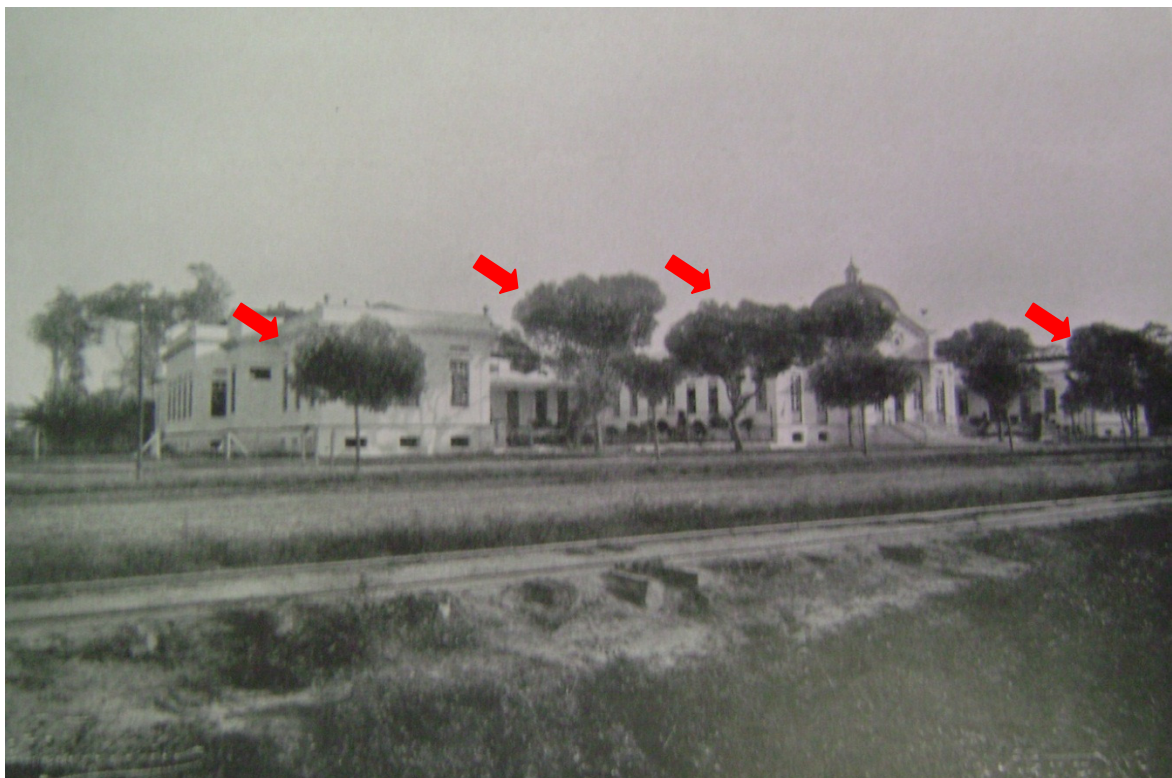
As mangueiras eram, também, encontradas em outras vias públicas. Suas dimensões indicam que foram plantadas durante a gestão de Antonio Lemos. É o caso daquelas encontradas na Avenida Tito Franco e Estrada de Bragança, ambos os trechos da atual Almirante Barroso. Na primeira, próximo ao Marco da Légua (Fotografia 10, setas vermelhas) e do Asilo de Alienados (Fotografia 11, setas vermelhas). Na segunda, em frente ao Asilo de Mendicidade (Fotografia 12, setas vermelhas). Esta última parece ter sido plantada em período próximo anterior a gestão lequista.

Fotografia 10: Avenida Tito Franco (vista do Marco da Légua) em 1902



BELÉM. Intendente Municipal (1898-1911; A. J. de Lemos). Álbum de Belém: 15 de novembro de 1902. Paris: P. Renouard, 1902. 104 p. il. P.29

Fotografia 11: Asilo de Alienados em 1902



BELÉM. Intendente Municipal (1898-1911; A. J. de Lemos). Álbum de Belém: 15 de novembro de 1902. Paris: P. Renouard, 1902. 104 p. il. P. 27

Fotografia 12: Asilo de Mendicidade e Estrada de Bragança em 1902



BELÉM. Intendente Municipal (1898-1911; A. J. de Lemos). *Álbum de Belém: 15 de novembro de 1902*. Paris: P. Renouard, 1902. 104 p. il. p.53

A arborização destes logradouros rendeu “merecida fama das avenidas da capital” paraense. Segundo Antonio Lemos, nacionais e estrangeiros as percorrem “com deleite, nas doces horas matinaes ou vespertinas”. Inclusive “em pleno meio-dia calmoso, pois as densas ramarias da arborização formam altas e magestosas abobadas, impenetráveis ao sol, para abrigo dos transeuntes”. São “as suas mangueiras ramalhudas, todas as arvores copadas que adoptamos na arborização urbana” (MB, 1904, p. 154). Em 1904, de passagem, Euclides da Cunha escreveu a seu pai que nunca esqueceria a surpresa que a cidade lhe causou. Que “nunca São Paulo e Rio terão as suas avenidas monumentais, largas de 40 metros e sombreadas de filas sucessivas de árvores enormes” (ROQUE, 1996, p.26). Em 1918, Rocha Pombo afirmou que “a cidade é feita só de avenidas e parque”. Que uma de suas peculiaridades é “a profusa arborização das ruas e praças”. Afirmou, também, que a abundante vegetação modificava “os mais fortes factores do clima” local. Destacou que a mangueira era a planta que empregavam quase que exclusivamente, uma “arvore de copa opulenta e grosso caule”. Por fim, declarou que “muitas das ruas são como túneis de verdura”, onde “os dois renques de mangueiras juntam-se pelas copas, e formam abobadas continuas de folhagem, de um carregado e de uma exuberância maravilhosa” (POMBO, 1918, p. 136).

A arborização destas praças, avenidas, travessas e ruas demonstram a opção da Intendência Municipal em priorizar a utilização de mangueiras. Esta preferência é percebida na movimentação do Horto Municipal. Em 1904, este estabelecimento acusou em seu livro de carga e descarga um total de 1680 pés de plantas em depósito e perfeito estado de conservação, incluindo plantas de ornamentação. Destas, 1075 eram de mangueiras, 48 Amendoeiras, 137 Palmeiras diversas, 78 Paud' arco, 120 Crótons em latas, 73 Plantas de ornamentação, 13 Roseiras em latas e 232 Crotons, roseiras e outras plantas em canteiros, para transplantar. Ou seja, quase 60% do montante eram mangueiras (MB, 1904, p. 197). Em 1905, saíram do horto para a arborização da cidade 590 mudas. Destas, 269 mangueiras, 146 crótons, 115 bambus, 1 aninga-pára, 2 tajás, 11 rosas-bagary, 6 rosas diversas, 6 papoilas, 8 jasmims-laranjas, 6 resedás, 4 amoredos-homens, 7 palmeiras rasteiras, 2 dracenas, 2 croatás, 2 íaureas-rosas, 2 gardenias e 1 rosa Paul Néron (MB, 1905, p. 242). Ou seja, 45% eram mangueiras.

O próprio Intendente ocupou-se de defender a preferência pela mangueira. Em 1902, revela que foram vários os ensaios “de árvores apropriadas á arborização urbana”. Que entre as espécies experimentadas, estiveram a amendoeira, a sumaumeira e a mutambeira. Que inclusive, “por esta última árvore”, já teve preferência “durante algum tempo” (MB, 1902, p. 200). Todavia, Antonio Lemos declara que já estava “convencido da superioridade da mangueira”. Estava convencido pelas características botânicas desta espécie arbórea “cujas qualidades são numerosas”. Reconhece que se desenvolve “com rapidez, cresce a culturas consideráveis e esgalha com regularidade”. Ressalta, dentre “todas estas vantagens”, as qualidades de sua “folhagem densa e constantemente renovada”, que produz uma sombra “ampla e perfeita”(MB, 1902, p. 200).

As áreas da cidade arborizadas por mangueiras, antes da gestão de Antonio Lemos, limitavam-se às “avenidas São José, São Jerônimo e Nazareth”, onde, nas duas últimas, predominavam as mangueiras. Em 1904, a arborização pública já se estendia “do Bagé ao Marco da Legua, não só nas avenidas, como em elevado numero de ruas e travessas”. E, acrescenta, “das nove praças principaes de Belém, apenas tres não estão ajardinadas ou transformadas em parques” (MB, 1904, p. 196). A mangueira, que durante o período imperial brasileiro não reinou, agora presidia a arborização nos logradouros belenenses.

Conclusão

A leitura dos romances ‘Hortência’ e ‘Belém do Grão-Pará’, associada a análise de fontes históricas referentes aos tempos retratados nestas obras literárias, confirmam-nos que

os mesmos não são pura ficção. ‘Hortênciã’ não é apenas uma narrativa da relação incestuosa entre os fictícios personagens irmãos Lourenço e Hortênciã. ‘Belém do Grão-Pará’ não é apenas uma narrativa das aventuras urbanas do fictício personagem Alfredo. Ambos descrevem o ambiente urbano da cidade em épocas distintas e as relações de alguns de seus habitantes com o mesmo. Pensando assim, não é possível transferir um destes personagens ao tempo da trama do outro. De um lado, não seria possível a Alfredo caminhar pelos logradouros sob a sombra de mangueiras, na cidade durante os anos da década de oitenta do século XIX, pois poucas eram estas árvores existentes. De outro lado, não seria preciso que Hortênciã caminhasse pelos logradouros da cidade buscando proteção nas sombras de muros e paredes durante os anos da década de vinte do século XX, pois muitas eram as mangueiras existentes. Aqui, transferir os personagens e preservar uma narrativa que mantivesse as características das relações destes com os elementos do ambiente, seria algo que poderíamos descrever talvez como anacronismo histórico-paisagístico.

Agora, utilizando-se da ficção romancista, forjemos um encontro entre Alfredo e Hortênciã. O que aconteceria? O que diriam sobre as diferentes paisagens é possível sugerir. Se o encontro ocorresse no tempo de Hortênciã, Alfredo notaria a ausência da abundância de mangueiras a que estava acostumado. Se o encontro ocorresse no tempo de Alfredo, Hortênciã notaria a abundância de mangueiras a que não estava acostumada. Perguntar-se-iam sobre a origem da diferença paisagística. E, pertencendo a um tempo posterior, Alfredo falaria sobre a contribuição de Antonio Lemos que mandou plantar muitas mangueiras na cidade.

Agora, retornando a escrita histórica, vejamos o que poderíamos dizer aos dois personagens fictícios sobre este terceiro personagem real.

A gestão de Antonio Lemos na Intendência Municipal, não foi pioneira na utilização de mangueiras, mas foi a primeira que priorizou sua utilização na arborização dos logradouros belenenses em grandes quantidades. Aqui, não é permitida a história, diante dos testemunhos da época observados neste artigo, deixar de reconhecer a contribuição inestimável de sua gestão para o plantio de mangueiras por vários logradouros da cidade. A arborização já existente nas estradas de São Jerônimo e Nazaré, que servem no presente ao desmonte da ideia de um suposto pioneirismo lealista, também serviu no passado como modelo de inspiração às ações de Antonio Lemos na arborização da cidade.

As referidas estradas foram vitrines. Expuseram aos belenenses as qualidades botânicas da mangueira. A Intendência municipal, diante do sol abrasador, enxergou sua folhagem permanente e copas frondosas, que formavam verdadeiros ‘túneis verdes’ para o conforto salubrista dos transeuntes.

Referências Bibliográficas:

- AIROZA, Luis Otávio Viana. **Cidade das mangueiras: aclimação da mangueira e arborização dos logradouros belenenses (1616-1911)**. Dissertação (Mestrado em Historia Social da Amazônia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / UFPA: Belém, 2008.
- CARVALHO, João Marques de. **Hortênci**a. Belém: Fundação cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado de Cultura, 1989. 200p. (Lendo o Pará; 3).
- CHALOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: companhia das Letras, 1996.
- CHOAY, Françoise. A natureza urbanizada, a invenção dos “espaços verdes”. Tradução de Eveline BouteillerKavakama. In **Revista Projeto Historia, espaço e cultura**, nº 18, maio de 1999. São Paulo: Rev. do Programa de Estudos Pós-Graduados em Historia e do departamento de História da PUC/SP: EDUC/FADESP, maio/1999.
- FOCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- HOBBSAWM, Eric J. **A era dos Impérios**. Tradução de Sieni M. Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- JURANDIR, Dalcídio. **Belém do Grão-Pará**. Belém: EDUFPA; Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2004. (Coleção Ciclo do Extremo Norte).
- MEIRA, Octavio. **As ruas através do tempo: 1616-1969**. Belém: Ed. Lidador, 1975.
- MOREIRA, Eidorfe. O Primeiro romance belenense. In CARVALHO, João Marques de. **Hortênci**a. Belém: Fundação cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado de Cultura, 1989. 200p. (Lendo o Pará; 3).
- MOURÃO, Leila. **Memória da Indústria Paraense**. Belém: FIEPA, 1989.
- MUNICÍPIO DE BELÉM (MB). **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1903 pelo Exmo. Sr. Intendente Antonio José de Lemos**. Belém: Typographia de Alfredo Augusto da Silva, 1904.
- MUNICÍPIO DE BELÉM (MB). **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1902 pelo Exmo. Sr. Intendente Antonio José de Lemos 1897/1902**. Belém: Typographia de Alfredo Augusto da Silva, 1902.
- MUNICÍPIO DE BELÉM (MB). **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1904 pelo Exmo. Sr. Intendente Antonio José de Lemos**. Belém: Archivo da Intendencia Municipal, 1905.
- MUNICÍPIO DE BELÉM (MB). **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1905 pelo Exmo. Sr. Intendente Antonio José de Lemos**. Belém: Archivo da Intendencia Municipal, 1906.

- PODAGEM para evitar acidentes In **Jornal Amazônia Hoje**, 24/08/2006. Disponível em: <<http://www.orm.com.br/amazoniajornal/interna/default.asp?codigo=186633&modulo=831>>. Acesso em: 15 Mar. 2010.
- POMBO, Rocha. **Notas de viagem: Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: ed. Benjamin de Aguilá, 1918.
- RAGO, L. M.. **Do cabaré ao lar a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ROCQUE, Carlos. **Antonio Lemos e sua época: história política do Pará**. 2 ed. Revista e ampliada. Belém: CEJUP, 1996.
- SARGES, Maria de N. **Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. Belém: Pakatatu, 2000.
- SARGES, Maria de N. **Memórias do Velho Intendente Antonio Lemos (1969-1973)**. Belém: Pakatatu, 2002.
- SEGAWA, Hugo. **Ao amor do publico: jardins no Brasil**. São Paulo: Stúdio Nobel: FAPESP, 1996 (Cidade Aberta).
- UNIÃO de opositos em Nazaré. **O Liberal**, 25/01/2005. Disponível em: <<http://www.orm.com.br/oliberal/interna/default.asp?codigo=51266&modulo=247>>. Acesso em: 19 Jun. 2010.

Notas

¹Este artigo é uma adaptação de parte da dissertação *Cidade das mangueiras: aclimação da mangueira e arborização dos logradouros belenenses (1616-1911)* / Luis Otávio Viana Airoza ; orientadora, Leila Mourão. – Belém: UFPA, 2008.

²Algumas imagens registradas nos primeiros anos republicanos confirmam estas características paisagísticas, a exemplo daquelas que correspondem as Praças Batista Campos, República, Sant' Anae Trindade.

³Apesar do romance “Hortência” não fazer referência a estrada de São Jerônimo, existem imagens que registram sua arborização durante a primeira década republicana (Fotografia 11 e 12).

⁴ Ver capítulo 2 “Arborização Belenense Oitocentista” In AIROZA, Luis Otávio Viana. *Cidade das mangueiras: aclimação da mangueira e arborização dos logradouros belenenses (1616-1911)*